

...continuação...  
...trinta e quatro centavos); acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 2.876.074,13 (dois milhões e oitocentos e setenta e seis mil e setenta e quatro reais e treze centavos); e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 288.283.736,72 (duzentos e oitenta e oito milhões e duzentos e oitenta e três mil e setecentos e trinta e seis reais e setenta e dois centavos); encerrando o exercício com um resultado Superávitário no valor de R\$ 19.046.232,75 (dezenove milhões e quarenta e seis mil e duzentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos). **7 - Das Disposições da Lei Complementar 187 de 2021:** Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar 187/2021, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. I - prestar serviços ao SUS; II -

prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e, ainda (Artigo 9º) I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congêneres com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (§ 3º para fins do disposto no § 2º deste artigo), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (Artigo 10º) I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. A Unidade Gerenciada, apresentou em 2024 nesta unidade a seguinte produção:

| Grupo Detalhe                          | Detalhe Original                                                                                   | Ano 2023  | Ano 2024  |
|----------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-----------|
| Atendimento Ambulatorial               | Atendimento odontológico individual                                                                | 16.098    | 15.905    |
| Atendimento Ambulatorial               | Consulta Médica - UBS/ESF                                                                          | 327.997   | 370.974   |
| Atendimento Ambulatorial               | Consulta não médica                                                                                | 220.132   | 287.527   |
| Atendimento Ambulatorial               | Procedimento Odontológico                                                                          | 126.050   | 117.319   |
| Atendimento Ambulatorial               | Visita Domiciliar                                                                                  | 234.600   | 312.072   |
| Atendimento Ambulatorial Especializado | Atendimento não médico                                                                             | 1.119.164 | 1.362.715 |
| Atendimento Ambulatorial Especializado | Cirurgia ambulatorial                                                                              | 27.341    | 21.908    |
| Atendimento Ambulatorial Especializado | Consulta médica especializada                                                                      | 43.279    | 46.222    |
| CAPS                                   | Ações de Articulação de Redes Intra e Intersectoriais                                              |           | 170       |
| CAPS                                   | Ações de Reabilitação Psicossocial                                                                 | 608       | 551       |
| CAPS                                   | Ações de Redução de Danos                                                                          |           | 20        |
| CAPS                                   | Acolhimento Inicial por Centro de Atenção Psicossocial                                             |           | 560       |
| CAPS                                   | Acolhimento inicial/diurno de pacientes                                                            | 46        | 119       |
| CAPS                                   | Atenção às situações de crise                                                                      | 161       | 209       |
| CAPS                                   | Atendimento Domiciliar para Pacientes de Centro de Atenção Psicossocial e/ou Familiares            |           | 378       |
| CAPS                                   | Atendimento em grupo                                                                               | 1.653     | 1.853     |
| CAPS                                   | Atendimento familiar                                                                               | 1.697     | 1.495     |
| CAPS                                   | Atendimento individual                                                                             | 1.870     | 2.675     |
| CAPS                                   | Fortalecimento do Protagonismo de Usuários de Centro de Atenção Psicossocial e seus Familiares     |           | 17        |
| CAPS                                   | Matriciamento de Equipes dos Pontos de Atenção da Urgência e Emergência, e dos Serviços Hospitalar |           | 15        |
| CAPS                                   | Matriciamento em equipes de atenção básica                                                         | 252       | 202       |
| CAPS                                   | Práticas corporais                                                                                 | 128       | 144       |
| CAPS                                   | Práticas expressivas e comunicativas                                                               | 331       | 305       |
| CAPS                                   | Promoção de Contratualização no Território                                                         |           | 371       |
| CAPS                                   | Teleconsulta Médica na Atenção Especializada                                                       |           | 4         |
| CAPS                                   | Cirurgia Oral Menor (procedimentos)                                                                | 2.153     | 14.865    |
| CAPS                                   | Endodontia (procedimentos)                                                                         | 970       | 10.863    |
| CAPS                                   | Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)                                                          | 468.814   | 621.664   |
| CAPS                                   | SADT Total                                                                                         | 312.975   | 456.288   |
| CAPS                                   | Assistente Social                                                                                  | 3.360     | 3.659     |
| CAPS                                   | Consulta Médica - URSI                                                                             | 27.722    | 27.202    |
| CAPS                                   | Enfermeiro                                                                                         | 6.708     | 7.101     |
| CAPS                                   | Fisioterapeuta                                                                                     | 2.224     | 2.225     |
| CAPS                                   | Nutricionista                                                                                      | 1.656     | 1.238     |
| CAPS                                   | Psicólogo                                                                                          | 2.052     | 2.082     |
| CAPS                                   | Terapeuta Ocupacional                                                                              | 596       |           |

**8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão:** A unidade RASTS VMVG, apresentou no ano de 2024 o seguinte Relatório de Execução, de acordo com os respectivos Contratos de Gestão, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

| Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2024                |            |           |  |
|-------------------------------------------------------------------|------------|-----------|--|
| Linha de Contratação                                              | Total      |           |  |
|                                                                   | Contratado | Realizado |  |
| Atendimento Ambulatorial - Atenção Básica - Total                 | 802.944    | 697.332   |  |
| Consulta Médica - UBS                                             | 332.790    | 239.417   |  |
| Consulta Médica - ESF                                             | 87.366     | 75.299    |  |
| Consulta Enfermeiro - ESF                                         | 41.262     | 40.372    |  |
| Visita Domiciliar ACS - ESF                                       | 252.006    | 246.341   |  |
| Cirurgião Dentista (atendimento individual) ESB/UBS               | 86.616     | 93.049    |  |
| Nº de pacientes ativos em atendimento - EMAD                      | 984        | 1.039     |  |
| Nº de Idosos em Acompanhamento - PAI                              | 1.920      | 1.815     |  |
| Atendimento Ambulatorial - Atenção Especializada - Total          | 155.499    | 181.209   |  |
| Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico - UBS IZOLINA MAZEI    | 8.700      | 19.220    |  |
| Nº de exames Total                                                | 8.700      | 19.220    |  |
| HD - Rede Hora Certa                                              | 45.868     | 40.684    |  |
| Consulta Médica Especializada                                     | 41.640     | 35.588    |  |
| Cirurgias Ambulatoriais                                           | 4.228      | 5.096     |  |
| Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico - HD - Rede Hora Certa | 13.704     | 21.394    |  |
| Nº de exames Total                                                | 13.704     | 21.394    |  |
| Unidade de Referência Saúde do Idoso - URSI                       | 12.336     | 10.899    |  |
| Consulta Médica - URSI                                            | 2.304      | 2.430     |  |
| Assistente Social                                                 | 1.920      | 1.866     |  |
| Enfermeiro                                                        | 2.112      | 2.255     |  |
| Nutricionista                                                     | 1.392      | 1.026     |  |
| Fisioterapeuta                                                    | 2.400      | 2.244     |  |
| Terapeuta Ocupacional                                             | 1.200      | 0         |  |
| Psicólogo                                                         | 1.008      | 1.078     |  |
| Centro Especializado Odontológico                                 | 7.533      | 12.247    |  |
| Periodontia - procedimentos                                       | 1.840      | 2.972     |  |
| Cirurgia Oral Menor - procedimentos                               | 1.440      | 2.065     |  |
| Endodontia - procedimentos                                        | 1.260      | 1.107     |  |

**Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM**  
**Relatório dos Auditores Independentes**  
**Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA (REDE ASSISTE. SUPERV. TECN. DA SAÚDE VILA MARIA / VILA GUILHERME) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é respon-

sável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opi-

to de usufruir da imunidade do pagamento das Contribuições Sociais, relativas a Cota Patronal e Outras Entidades (Terceiros). Em 15 de dezembro de 2020, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023, conforme processo SIPAR nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 04 de dezembro de 2023, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2024 a 31/12/2026, conforme processo SIPAR nº 25000.181713/2023-91, o qual aguarda, também, o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 16 de dezembro de 2021, foi publicado no diário oficial da União a Lei Complementar nº 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes. Em face da transição para a Lei complementar, a Portaria 834 de 26/04/2016 apesar de vigente não faz menção a tal lei, assim como, se tem uma ausência de uma nova portaria até a presente data. Entretanto, no intuito de minimizar possíveis riscos, a Entidade vem cumprindo com o estabelecido na portaria 834/16 a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAUDE) e traz, em seu artigo 30, a obrigatoriedade de constar na Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso VII alínea "d") e, nas Notas Explicativas, o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso IX alínea "d"). Por se tratar de uma Entidade Beneficente de Assistência Social, portadora do CEBAS- Saúde, a SPDM possui imunidade da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas relativas às atividades próprias, conforme disposto no artigo 14, Inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A partir do exercício de 2019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade de tributação com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE as imunidades usufruídas (COFINS, PIS sobre a folha de pagamento e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros Pessoa Física). Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2024 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 62.419.846,77 (sessenta e dois milhões e quatrocentos e dezenove mil e oitocentos e sessenta e seis reais e setenta e sete centavos). **8.1 - Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento:** A Entidade usufruiu da imunidade de contribuição previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica o montante de R\$ 47.267.514,35 (quarenta e sete milhões e duzentos e sessenta e sete mil e quinhentos e quatorze reais e trinta e cinco centavos). Em 2024, a referida imunidade, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 51.777.642,53 (cinquenta e um milhões e setecentos e setenta e sete mil e seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e três centavos). **8.2 - Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal imunidade se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2024 o referido valor de receita totalizou R\$ 174.353,84 (cento e setenta e quatro mil e trezentos e sessenta e três reais e quatro centavos). **8.3 - Imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade, Conforme classificação em conta específica o montante de R\$ 8.588.617,80 (oito milhões e quinhentos e oitenta e oito mil e seiscentos e dezessete reais e oitenta centavos) tomando-se por base os recursos recebidos em 2024. **8.4 - Imunidade de para o PIS sobre a Folha de Pagamento:** A Entidade usufruiu da imunidade da Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2023 R\$ 1.711.881,32 (um milhão e setecentos e onze mil e oitocentos e oitenta e um reais e trinta e dois centavos) e em 2024, R\$ 1.879.222,60 (um milhão e oitocentos e setenta e nove mil e duzentos e vinte e dois reais e sessenta centavos). **10 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntário. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2023, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.210,04 (dois mil e duzentos e dez reais e quatro centavos) e em 2024 esses valores foram de R\$ 2.422,42 (dois mil e quatrocentos e vinte e dois reais e quatrocentos e dois centavos). **11 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de dezembro de 2024.

**Dr. Elaine Cristina Albino Marques - Contadora - CRC 1SP270478/O-0**  
**Dr. João Ladislau Rosa - Diretor Técnico RASTS VMVG**  
nário. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes da entidade para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.  
São Paulo - SP, 08 de abril de 2025  
**AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS - CRC/SP 2SP 024298/O-3**  
Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1  
CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718



**Conformidade**  
**nunca foi tão legal**  
**Publique no Diário Oficial 100% Digital**

**Código promocional**  
**50% de desconto para**  
**novos clientes:**  
**PDDOE50**

